

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

REQUERIMENTO Nº , DE 2021

(Do Sr. BIBO NUNES)

Requer a realização de Audiência Pública para debater o aumento dos crimes virtuais durante a pandemia, especialmente os vazamentos e vendas de dados de pessoas físicas e jurídicas.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública para debater o aumento dos crimes virtuais durante a pandemia, especialmente os vazamentos e vendas de dados de pessoas físicas e jurídicas com a participação dos seguintes convidados:

- Representante da Autoridade Nacional de Proteção de Dados;
- Representante do Departamento de Polícia Federal
- Representante da Agência Brasileira de Inteligência;
- Representante do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor;
- Representante da empresa PSafe.

JUSTIFICAÇÃO

Os golpes pela internet lamentavelmente não são novidade. O Brasil é um país vulnerável. Só em 2019 houve 24 bilhões de tentativas de ataque. A situação piorou com a pandemia, pois parcela da população passou a demandar mais da internet em seu dia-a-dia. De acordo com pesquisa realizada pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), houve aumento de 70% nos registros de tentativa de golpe usando links com o nome dos bancos como isca para fisgar o consumidor e roubar dados.

Alguns, mais atentos têm o hábito de proteger seus dados e operações com senhas mais complexas. A esmagadora maioria não. Estes têm sido alvos de constantes golpes cibernéticos. Cada vez mais complexos, mais desafiadores para os sistemas tradicionais de proteção ao usuário padrão (antivírus, etc) e em grande parte sem investigação e muito menos, punição.

Alguns dos motivos para a sensação de insegurança vem desde a incapacidade técnica de se apurar tantos crimes (quando registrados pelas vítimas) até o uso crescente da dark web.

Em outra faceta, temos que ambos os grupos têm sido vítimas dos megavazamentos de informações pessoais. Somente em fevereiro, aproximadamente 103 milhões de contas de celulares vazadas. Só neste caso, CPFs, dados pessoais e outras informações foram colocadas à venda para criminosos. Em janeiro foram identificados outros dois. Um com 223 milhões de vazamentos de CPF e outro com dados de 140 de pessoas.

A presente Audiência Pública visa portanto, entender o que está ocorrendo, o que tem sido feito pelas autoridades nas três esferas de Poder (incluindo os acordos internacionais para troca de informações), o porquê da demora na punição dos esporádicos casos denunciados e cujas investigações foram concluídas e o que pode ser feito pelo usuário, além de colocar uma senha mais segura.

Em agosto deste ano a ANPD terá mais poder de punição para quem cometer tal infração. Porém, não podemos ficar completamente à mercê do crime organizado na internet.

Considerando, pois, a relevância da matéria, neste contexto de crescente uso da tecnologia para facilitar o nosso cotidiano (reconhecimento facial, unificação de cadastros de cidadãos, integração de sistemas públicos e privados, tecnologia 5G, etc), conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado BIBO NUNES

PSL/RS

